

Definido acordo para Estados

BRASÍLIA — O texto do acordo de refinanciamento das dívidas dos Estados e municípios foi divulgado oficialmente ontem no final da tarde pelo governo. Na forma de um projeto de lei e de uma resolução do Senado Federal, a proposta consolida e estabelece as normas de rolagem de uma dívida total de US\$ 57 bilhões (R\$ 53 trilhões) e define as parcelas de amortização das dívidas de Estados e Municípios: 11% em 1992 e 15% a partir de 1993.

A votação da proposta pela Câmara foi marcada para hoje pelo presidente da Casa, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). O grupo majoritário neste episódio, integrado pelos parlamentares do PMDB, PDT e do bloco governista, espera garantir o acordo em troca da aprovação da reforma tributária, com a qual o governo espera aumentar a arrecadação em US\$ 10 bilhões, em 1992.

O governo precisa garantir a aprovação do ajuste fiscal, sem o qual se torna inviável um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No comando da maior bancada do Congresso, o presidente do PMDB, Orestes Quércia, impôs como condição que a União rolasse a dívida dos Estados e municípios. O Estado de São Paulo, governado por Quércia até o início do ano, detém quase 40% da dívida.

Enquanto o secretário nacional de Fazenda, Luiz Fernando Wellisch, corria ontem ao Rio, para buscar a assinatura do presidente em exercício, Itamar Franco, para o projeto de rolagem da dívida, a proposta provocava divisões no Congresso. Os partidos que se rebelaram contra o acordo — PSDB, PDS, PT e PL — acreditam que o acerto entre Quércia e o governo esconde interesses eleitorais. “Estamos assistindo a uma barganha, cujos interesses estão voltados para as eleições municipais do ano que vem”, afirmou o líder do PDS, deputado Victor Faccioni (RS), tradicional aliado do governo.

“O Congresso está sendo chamado a avalizar um rombo nas contas públicas, uma irresponsabilidade”, protestou

o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). “O acordo premia os Estados perdulários, e aumenta a capacidade de endividamento”, concluiu o líder do PSDB, José Serra (SP).

Desde o início da negociação entre o governo e o presidente do PMDB, a rolagem da dívida foi colocada como exigência, depois somada à reabertura dos bancos estaduais do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, sob intervenção do Banco Central e postos em liquidação há um ano. Segundo os cálculos de integrantes da equipe econômica, diante da falta de votos para o governo no Congresso, o custo do acordo para conseguir o aumento dos impostos será pequeno. “É um negócio fantástico”, insistia o líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG). Segundo o líder, a rolagem da dívida em 20 anos não compromete o ajuste fiscal do governo porque a União vai passar a receber um dinheiro que os Estados não estavam pagando. Os adversários do acordo tentarão impedir a votação.